

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Alagoas Class.: 27
 Data: 22/11/92 Pg.: _____

Funai libera recursos para o início de demarcação de terras

A presidência da Funai em Brasília liberou os recursos, no valor de Cr\$ 28 milhões, através da portaria nº 1633/92, para o início das demarcações de terras em Porto Real do Colégio, pertencentes aos índios da tribo Kariri-Xocó. Os trabalhos foram iniciados esta semana.

Cerca de 1.700 índios serão beneficiados com a demarcação, que atinge 664 hectares. O custo da demarcação, informa o diretor regional do órgão em Alagoas, José Gomes, é relativamente baixo, porque o trabalho está sendo realizado por um técnico designado pela presidência da Funai, Doralcio Dornelas da Costa. Ele é responsável pelos serviços topográficos na área.

José Gomes adianta que o segundo passo, concluída a demarcação, será a homologação, através da presidência da República, nos termos do artigo 19, parágrafo 1º da Lei 6.001/70 e o artigo 9 do Decreto 22/91, para transformar a área em reserva indígena.

Karapotós - Já os índios karapotós, do município de São Sebastião, estão amargando uma situação contrária. Suas terras já foram demarcadas numa área que compreende 1.810 hectares, para interesse social, mas a Funai em Brasília já informou falta de recursos para proceder as indenizações aos 16 posseiros pelas benfeitorias realizadas.

Essas benfeitorias, cita José Gomes, são cercados, casas, escola, açudes, e foram calculadas em Cr\$ 9 bilhões. A soma, afirma ele, foi feita pela Funai em Alagoas com base nos cálculos realizados por técnicos de vários órgãos, incluindo Banco do Brasil, Iteral, Inera, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e serviços de extensão rural.

Segundo José Gomes, vários expedientes foram encaminhados ao órgão central, para a liberação dos recursos. Cada hectare está avaliado entre Cr\$ 4 a 6 milhões. "O pedido, informa a Funai em Brasília, está vinculado à liberação de crédito suplementar, já foi solicitado ao Ministério da Justiça, mas en-

contra-se pendente no Ministério da Economia. Cabe ao Ministério Público mover gestões para que o valor seja liberado", acrescenta.

Enquanto isso, lamenta José Gomes, a Funai assiste o inconformismo das comunidades indígenas, pela demora em terem em definitivo suas terras. "Nós tememos pela tensão na área. Os índios têm consciência dos seus direitos, suas famílias estão passando fome, nas estradas. Pedimos às autoridades que nos ajudem nesse sentido. Com a seca, os problemas se agravam na região e a Funai em Alagoas está sem recursos até para ações paliativas".